**PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA SOBRE CRIANÇAS QUILOMBOLAS NOS ARTIGOS S PUBLICADOS NA PLATAFORMA DE PERIÓDICOS DA CAPES COM QUALIS A1 E A2**

**RESUMO**

Este projeto de pesquisa é um recorte de uma investigação maior, em desenvolvimento, em um Estágio Pós-Doutoral, na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). O referido Estágio, realizado sem afastamento das atividades laborais na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará (FACED/UFC), centra sua atenção nos projetos políticos pedagógicos (PPP) de unidades escolares quilombolas que atendem Educação Infantil (EI). Especificamente, a pesquisa aqui proposta visa analisar a produção acadêmica brasileira sobre crianças quilombolas, em espaços de educação infantil, nos artigos publicados na Plataforma de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), avaliados com Qualis A1 e A2, no período de 2020-2024, nas áreas de educação e de ensino, a fim de compreender *se e como* essas crianças aparecem nesses trabalhos. Terá como principais referências as contribuições de estudiosos que tratam da importância e da obrigatoriedade legal da inclusão do tema em pauta em todas as etapas e modalidades da educação básica, nos censos escolares, no PPP das escolas quilombolas e não quilombolas e na formação específica de professores. Considerando os procedimentos de geração de dados que serão utilizados e a natureza das informações daí decorrentes, trata-se de uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa, alicerçada, especialmente, no argumento consensual de vários pesquisadores que trabalham com esta temática: “a *invisibilidade* quase que total da infância quilombola [na produção científica], homogeneizando e retirando dela, aquilo que a diferencia das demais” (Matos e Eugenio, 2017, p. 234, grifos dos autores). Os resultados desta investigação, certamente, contribuirão para trazer à cena as crianças “desconhecidas”, silenciadas na História do Brasil; subsidiar a identificação de aspectos que precisam ser revistos e incluídos nas matrizes curriculares dos cursos de formação inicial e continuada de professores para o exercício da docência na EI de meninos e meninas quilombolas; e incidir na elaboração de políticas públicas que assegurem o direito de acesso a uma educação pública, gratuita, laica, inclusiva e de qualidade social de todas as crianças de 0 a 5 anos que habitam as comunidades quilombolas.

**INTRODUÇÃO**

Não obstante aos avanços legais no tocante à educação para as relações étnico-raciais, a presença das crianças quilombolas nas propostas pedagógicas das escolas que as atendem, situadas dentro ou fora das comunidades quilombolas, é ínfima. Também os cursos que formam os professores para atuar na educação infantil, via de regra, não incluem em sua matriz curricular, seja em forma de disciplinas obrigatórias e/ou optativas, nas palestras proferidas, nos cursos de extensão e nas pesquisas que realizam, as infâncias vividas em comunidades quilombolas. Considerando esta invisibilidade, a pesquisa aqui proposta visa analisar a produção acadêmica brasileira sobre crianças quilombolas, em espaços de educação infantil, nos artigos publicados na Plataforma de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), avaliados com Qualis A1 e A2, no período de 2020-2024, nas áreas de educação e de ensino, a fim de compreender *se e como* essas crianças aparecem nesses trabalhos.

Trata-se de um recorte de uma pesquisa maior, em desenvolvimento, em um Estágio Pós-Doutoral na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), supervisionado pela Professora Doutora Maria Lília Imbiriba Sousa Colares (UFOPA). O referido Estágio realizado sem afastamento das atividades laborais na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará (FACED/UFC), centra sua atenção nos projetos políticos pedagógicos (PPP) de unidades escolares quilombolas que atendem Educação Infantil (EI) com foco na Base Nacional Comum Curricular referente à Educação Infantil – BNCC – EI (Brasil, 2017) e na Política Nacional de Educação Integral em Tempo Integral – PNEITI (Brasil, 2023).

Além dos principais conceitos e proposições pertinentes a Base Nacional Comum Curricular referente à Educação Infantil – BNCC – EI (Brasil, 2017) e a PNEITI (Brasil, 2023) serem tomados, na pesquisa aqui proposta, como fundamentais referências, também serão consideradas as contribuições de estudiosos que tratam da importância e da obrigatoriedade legal da inclusão do tema em pauta – relações étnico-raciais - em todas as etapas e modalidades da educação básica, nos censos escolares, no PPP das escolas quilombolas e não quilombolas e na formação específica de professores para que se apropriem das particularidades das Pedagogias e Educação Escolar Quilombola.

Mas por que analisar a produção acadêmica brasileira sobre crianças quilombolas em espaços de educação infantil?

Para Gonsalves (2001, p. 13), “a elaboração de um projeto de pesquisa implica lidar com pelo menos três dimensões, as quais estão interligadas: técnica, teórica e afetiva”. Para efeitos deste texto, será destacada, predominantemente, a dimensão afetiva.

A predileção pelas crianças quilombolas em espaços de educação infantil foi influenciada pelo desconhecimento sobre as experiências educacionais em contextos quilombolas, ocasionado pelo silenciamento, tanto na escolarização básica como na graduação em Pedagogia, concluída em 1998, e nos cursos de mestrado e de doutorado na área de Educação Infantil, finalizados, respectivamente, em 2002 e 2007, de “outras histórias” importantes sobre a África e as comunidades quilombolas existentes no Brasil, especialmente, as crianças e a educação infantil a elas destinadas.

Em nenhuma etapa da minha trajetória acadêmica estudei temas relacionados às relações étnico-raciais. Foram inexistentes neste percurso formativo, disciplinas que abordasses esses assuntos com foco em uma Ecologia dos Saberes, “crucial à comparação entre o conhecimento que está sendo aprendido e o conhecimento que nesse processo é esquecido e desaprendido” (Santos, 2007, p. 87).

Tendo em conta que a ausência desse conhecimento seja também parcialmente justificada pela História Única (Adichie, 2019) contada, repetidas vezes, pela escola e pela universidade, onde me formei e formo-me a cada dia, sobre o continente africano apresentado como lugar de guerras, fome e despido de saberes (Adichie, 2019) e sem referência às crianças que lá vivem, brincam e estudam, recorro à produção acadêmica avaliada como excelente por uma de suas agências financiadoras, a fim de aprender o que ainda não sei.

Ao mesmo tempo que destaca o perigo da “História Única”, Adichie (2019, p. 11) também chama a atenção para o poder das histórias, que “podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada”

Ademais, como argumenta Cavaliere (2002), caso considere-se que é função da escola e das instituições de educação infantil preparar indivíduos para a vida democrática, tendo a democracia como meio e fim, “somente será democrática a escola que permita contatos politicamente produtivos entre as diferentes culturas e classes” (Cavaliere, 2002, p. 267). Assim, “pensar em uma escola [creche e pré-escola] verdadeiramente democráticas é combater qualquer tipo de violência e preconceito” (Conceição; Silva; Duca, 2021, p. 456), o que não se faz apenas por decretos e políticas de cotas, embora estas representem uma pequeníssima parte da dívida que o Brasil tem com a população negra.

Soma-se ao que foi apontado como justificativa para a realização da pesquisa, também a busca por trazer à cena as crianças “desconhecidas”, silenciadas na História do Brasil em especial, na produção acadêmica, bem como a possibilidade de que os seus resultados possam subsidiar a identificação de aspectos que precisam ser revistos e incluídos nas matrizes curriculares dos cursos de formação inicial e continuada de professores para o exercício da docência na EI bem como incidir na elaboração de políticas públicas para a Educação Infantil Integral pública, gratuita, laica, inclusiva e de qualidade social para todas as crianças de 0 a 5 anos que habitam as comunidades quilombolas.

Nesta perspectiva, este trabalho soma-se a outros cujo interesse de pesquisa tem sido as infâncias quilombolas e sua educação escolar.

**OBJETIVOS:**

**GERAL:**

Analisar a produção acadêmica brasileira sobre crianças quilombolas, em espaços de educação infantil, nos artigos publicados na Plataforma de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), avaliados com Qualis A1 e A2, no período de 2020-2024, nas áreas de educação e de ensino, a fim de compreender *se e como* essas crianças aparecem nesses trabalhos.

**ESPECÍFICOS:**

- Identificar a incidência de pesquisas publicadas na Plataforma de Periódicos da CAPES

que abordam as crianças quilombolas de 0 a 5 anos em instituições de educação infantil

- Caracterizar as diversas formas de apresentação de crianças quilombolas nos artigos que resultaram do mapeamento na Plataforma de Periódicos da CAPES.

- Analisar qual o foco das pesquisas que se ocupam das crianças quilombolas e as justificativas para tal.

- Identificar a imagem de criança, educação e pedagogia que figuram nas publicações que têm como objeto de estudo crianças quilombolas e educação infantil em contextos quilombolas.

**METODOLOGIA**

Considerando os procedimentos de geração de dados que serão utilizados – uso de descritores, realização de busca avançada, análise dos títulos, resumos e palavras-chaves de cada publicação identificada que trata de crianças quilombolas em contextos de educação infantil dentre outros aspectos - e a natureza das informações daí decorrentes, o que se propõe é a realização de uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa, alicerçada, especialmente, no argumento consensual de vários pesquisadores que trabalham com esta temática: “a *invisibilidade* quase que total da infância quilombola [na produção científica], homogeneizando e retirando dela, aquilo que a diferencia das demais” (Matos e Eugenio, 2017, p. 234, grifos dos autores).

A opção por este tipo de pesquisa leva em conta que os conhecimentos, as crenças, os valores e a cultura partilhada por uma comunidade têm função produtiva, portanto, o que dizem os sujeitos, as pesquisas com/sobre eles desenvolvidas e os documentos que norteiam as suas ações impactam e, muitas vezes, determinam o currículo escrito e/ou praticado em uma instituição formal de educação (Charlot, 1986; Plaisance, 2021; Dahlberg; Moss; Pence, 2003); e que as orientações e os dispositivos legais, sejam eles nacionais, estaduais e municipais, são necessários, mas não determinantes da elaboração, execução e avaliação dos documentos curriculares das creches e pré-escolas quilombolas e não quilombolas do País e tampouco daquilo que se pesquisa sobre os sujeitos público-alvo destes documentos e dos conhecimentos que são produzidos sobre eles (as crianças quilombolas, por exemplo), ;

Quanto à forma como o problema será tratado, a investigação terá uma abordagem qualitativa, posto que seu interesse inclui as diversas formas de apresentação de crianças quilombolas nos artigos que resultaram do mapeamento na Plataforma de Periódicos da CAPES e o foco das pesquisas que se ocupam das crianças quilombolas e as justificativas para tal. Portanto, além da quantificação das publicações, irá deter especial atenção às concepções, valores e opiniões que caracterizam as imagens de criança, educação e pedagogia que figuram nas publicações que têm como objeto de estudo crianças quilombolas e educação infantil em contextos quilombolas.

Terá como principais referências as contribuições de estudiosos que tratam da importância e da obrigatoriedade legal da inclusão do tema em pauta em todas as etapas e modalidades da educação básica, nos censos escolares, no PPP das escolas quilombolas e não quilombolas e na formação específica de professores.

De posse dos resumos das publicações pertinentes ao objetivo geral desta investigação, serão extraídas as categorias temáticas a partir do agrupamento dos assuntos mais e menos recorrentes.

A identificação das categorias temáticas será feita inspirada nos fundamentos da

análise de conteúdo (Bardin, 2011). Assim, levará em consideração que as categorias serão: homogêneas: poder-se-ia dizer que “não se mistura alhos com bugalhos”; exaustivas: esgotarão a totalidade do “texto”; exclusivas: um mesmo elemento do conteúdo não poderá ser classificado aleatoriamente em duas categorias diferentes; objetivas: codificadores diferentes devem chegar a resultados iguais; adequadas ou pertinentes: isto é, adaptadas ao conteúdo e ao objetivo.

Como já referido no texto introdutório deste projeto, os resultados desta investigação poderão ajudar a trazer à cena as crianças “desconhecidas”, silenciadas e ignoradas na História do Brasil; oferecer subsídios para a revisão das matrizes curriculares dos cursos de formação inicial e continuada de professores para o exercício da docência com meninos e meninas quilombolas; e incidir na elaboração e implementação de políticas públicas que assegurem o direito de acesso a uma educação pública, gratuita, laica, inclusiva e de qualidade social de todas as crianças de 0 a 5 anos que habitam as comunidades quilombolas.

**REFERÊNCIAS**

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma história única. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 64 p. BARDIN, L. Análise de Conteúdo. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70. 2011.

BRASIL. Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF: MEC, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\_docman&view=download&alias=11963rceb008-12-pdf&category\_slug=novembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 6 fev. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2014. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970publicacaooriginal-144468-pl.html. Acesso em: 20 dez. 2023.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017: Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/RESOLUCAO CNE\_CP222DEDEZEMBRODE2017.pdf. Acesso em: 20 out. 2022.

CAVALIERE, A. M. Educação integral: uma nova identidade para a escola brasileira? Educação & Sociedade, Campinas, v. 23, n. 81, p. 247-270, 2002. Disponível em: https:// goo.gl/iqd71R. Acesso em: 21 out. 2023. CHARLOT, Bernard. A mistificação pedagógica: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

CONCEIÇÃO, D. C.; SILVA, P. E. N.; DUCA, M.E. O papel da gestão na educação antirracista: a práxis na educação infantil. In: ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL EM PERNAMBUCO: EDUCAÇÃO ESPERANÇAR EM TEMPOS DE CRISE, 8., 2021, RECIFE. Anais [...]. Recife/PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2021. p. 399-414 Disponível em: https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/83832. Acesso em: 30 out. 2023.

GONSALVES, Elisa Pereira. Conversas sobre iniciação a pesquisa científica. Campinas: Alinea, 2001. SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. Novos estudos CEBRAP, [S. l.], n. 79, p. 71-94, 2007. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0101-3300200700030000. Acesso em: 14 de nov. 2023.

VASCONCELOS, Clênya R. Alves; ROCHA, Solange H. Ximenes. Reflexões sobre a escola do campo em tempo integral no município de Santarém - Pará. Educ. Teoria Prática, Rio Claro, v. 27, n. 56, p. 475-492, set. 2017. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php? script=sci\_arttext&pid=S1981-81062017000300475&lng=pt&nrm=iso. Acesso: 31 out. 2023.

**PLANO DE TRABALHO**

1 Discussão dos referenciais teórico-metodológicos (ampliados) da pesquisa

2 Elaboração de fichas de leitura e sínteses da bibliografia ampliada

3 Participação no grupo de estudo sobre relações étnico-raciais na educação infantil.

4 Busca avançada dos trabalhos na área de ensino Qualis 1

5 Construção de arquivos com os resumos dos trabalhos selecionados na área de ensino Qualis 1

6 Busca avançada dos trabalhos na área de educação Qualis 1

7 Construção de arquivos com os resumos dos trabalhos selecionados na área de educação Qualis 1

8 Leitura dos resumos e identificação dos objetivos, referencial teórico e palavras-chaves nos resumos dos trabalhos selecionados na área de ensino Qualis 1

9 Leitura dos resumos e identificação dos objetivos, referencial teórico e palavras-chaves nos resumos dos trabalhos selecionados na área de educação Qualis 1

10 Análise dos dados relativos ao levantamento das pesquisas com Qualis 1 nas áreas de ensino e educação

11Elaboração do Relatório da Pesquisa (publicações Qualis 1)

12 Participação nos Encontros Universitários da UFC.